

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.295 - MG (2020/0071686-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : ALEXANDRO ALVES LIMA**  
**OUTRO NOME : ALEXANDRE ALVES LIMA**  
**RECORRENTE : JOSE RENATO DE OLIVEIRA DA ROCHA**  
**OUTRO NOME : JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA DA ROCHA JÚNIOR**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ALEXANDRO ALVES LIMA e JOSE RENATO DE OLIVEIRA DA ROCHA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HC n. 1.0000.20.008812-8/000.

No presente recurso, alegam os recorrentes a ausência de fundamentação suficiente para justificar a segregação cautelar, pois ausentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Asseveram que a medida é desproporcional, visto que são primários, preenchendo as condições para a restituição da liberdade até o trânsito em julgado de eventuais recursos.

Defendem a aplicação de medidas alternativas à custódia antecipada.

Requerem, liminarmente, que lhes seja deferido o direito de aguardar em liberdade até o julgamento final deste recurso, determinando-se a imediata expedição de salvo-conduto em favor dos acusados. No mérito, o provimento da insurgência para que seja revogada a prisão preventiva, a fim de que possam recorrer em liberdade até o trânsito julgado da sentença, mediante a fixação ou não das medidas cautelares alternativas à prisão.

É o relatório.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem assim consignou (e-STJ Fls. 101/102):

*Com efeito, consta dos autos que os pacientes, previamente ajustados, em unidade de desígnios e divisão de tarefas, valendo-se de grave ameaça exercida com emprego de uma garrafa de cerveja, teriam supostamente subtraído a carteira e o telefone celular da vítima Homero Augusto da Silva.*

*Ora, é indiscutível que o delito de roubo é causador de temeridade no seio da sociedade, não podendo o Poder Judiciário fechar os olhos a esta realidade. A paz social deve ser restabelecida, ainda que, para tal, seja sacrificada a liberdade individual dos agentes, os quais, in casu, demonstraram o perigo gerado pelo estado de liberdade deles.*

# Superior Tribunal de Justiça

*De mais a mais, depreende-se da FAC de fls. 80 (doc. único) que o paciente José Renato responde a outro feito pela suposta prática do mesmo delito que ora se apura, qual seja, roubo majorado.*

*Desta forma, entendo que as decisões impugnadas têm amparo legal e não merecem revogação, sendo imperiosa a necessidade da segregação provisória para a garantia da ordem pública no seu mais amplo espectro, não sendo cabíveis ainda, quaisquer das medidas cautelares alternativas instituídas pela Lei nº 12.403/11, considerando a gravidade do crime.*

*E uma vez patenteada a necessidade da prisão, não há que se falar em punição antecipada ou afronta ao princípio constitucional da presunção de inocência.*

*Saliente-se que é pacífico na doutrina e na jurisprudência que as eventuais condições pessoais favoráveis dos agentes não obstam sua segregação provisória, desde que essa se manifeste necessária nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal de origem e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator